Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

28/2012

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

"ACIDENTE DO TRABALHO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - Em matéria de acidente do trabalho, prevalece, até por questão hierárquica, a disposição constitucional do artigo 7º, XXVIII: "seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa"., consoante a qual a responsabilidade objetiva foi transferida para a Previdência Social, restando, ao empregador, a responsabilidade civil, apenas nas hipóteses de culpa ou dolo, no velho sistema da culpa aquiliana." (TRT/SP - 00307005320085020080 - RO - Ac. 3ªT [20120434215](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 27/04/2012)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Cabimento

JUSTIÇA GRATUITA. Nos termos do artigo 790, parágrafo 3º, da CLT, é facultado, em qualquer instância, a concessão do benefício da justiça gratuita àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Juntada declaração de pobreza firmada nos termos da Lei 7.115/1983, restam deferidos ao reclamante os benefícios da gratuidade. (TRT/SP - 00014886420105020064 - RO - Ac. 14ªT [20120288464](#) - Rel. ELISA MARIA DE BARROS PENA - DOE 20/03/2012)

DECLARAÇÃO DE POBREZA. VALIDADE PLENA OU "DE IURE" NESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA. A sanção criminal cominada pelo artigo 2º, da Lei 7.115, de 29/08/1983, na hipótese de declaração falsa, é o fundamento das demais sanções civis e administrativas previstas no mesmo dispositivo legal, e, assim, o Juízo Criminal é único competente para reconhecer a falsidade da declaração, após o devido processo legal. Não há falar, portanto, em prova documental (preconstituída ou não), para infirmar a declaração de insuficiência financeira. (TRT/SP - 00005697920115020019 - RO - Ac. 13ªT [20120262589](#) - Rel. FERNANDO ANTONIO SAMPAIO DA SILVA - DOE 19/03/2012)

AVISO PRÉVIO

Cálculo

AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL - Trata-se, inegavelmente, de espécie classificada como direito social dentro do gênero "direitos e garantias fundamentais", conhecido, na doutrina, como direito humano de segunda geração, ao lado dos culturais e econômicos, que traduzem os direitos de igualdade. Todas as regras definidoras dos direitos e garantias fundamentais, consoante disposição constitucional (artigo 5º, parágrafo 1º), tem aplicação imediata, desde que se constituam em normas de eficácia plena, ou seja, aptas a produzir, imediatamente, os efeitos nela previstos. A toda evidência, não é a hipótese do direito garantido no inciso XXI, do artigo 7º, da Constituição Federal: (TRT/SP -

00028712320115020006 - RO - Ac. 3ªT [20120433820](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 27/04/2012)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano material em acidente de trabalho

Dano material. Dano moral. Acidente típico. Perda da visão de um olho. Culpa. Redução da capacidade laboral. Comprovado que o acidente, consistente no ferimento de um olho por um fragmento de peça expelido por máquina, sem que o trabalhador estivesse protegido pelos EPIs adequados, verifica-se a culpa do empregador direto e do tomador dos serviços, justificando a indenização por dano moral. A perda da visão de um olho constitui perda de capacidade laboral, gerando o dever de indenizar o dano material, pois a redução é substancial e definitiva. Recurso Adesivo obreiro provido, no aspecto. (TRT/SP - 01076007120095020491 - RO - Ac. 14ªT [20120289894](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 20/03/2012)

EMPRESA (CONSÓRCIO)

Configuração

GRUPO ECONÔMICO. IDENTIDADE SOCIETÁRIA E COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES. Comprovada, além da identidade de titulares na composição societária das várias empresas, a coordenação administrativa, resta mesmo configurado o grupo econômico, na forma do disposto no art. 2º, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, segundo o qual todas as empresas componentes do grupo possuem legitimação primária para figurar no pólo passivo da execução. (TRT/SP - 00853005920055020070 - AP - Ac. 14ªT [20120330436](#) - Rel. ELISA MARIA DE BARROS PENA - DOE 27/03/2012)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Prova

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA EQUIPARAÇÃO SALARIAL. A negativa geral da reclamada quanto as alegações do reclamante de que realizava atividade idêntica ao paradigma não leva à inversão do ônus da prova prevista no item VIII, da Súmula nº 6, do TST e, não tendo o reclamante provado a presença dos demais requisitos do art. 461, da CLT, não há se falar em pagamento de diferenças salariais e reflexos. Recurso provido. RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. QUANTUM FIXADO. O arbitramento da indenização por dano moral deve ser feito mediante análise da extensão da ofensa e condições particulares das partes. Princípio aplicável a esta matéria dita que deve ser fixado o valor levando-se em consideração a gravidade do dano, o grau de culpa ou dolo do agente, a capacidade econômica do empregador e a situação sócio-econômica do empregado, de modo que o valor arbitrado cumpra com sua função social e pedagógica, de maneira que não cause empobrecimento ao agente, nem enriquecimento à vítima. Deve ser suficiente para reparar o dano sem proporcionar enriquecimento ilícito, e punir o ofensor para que não volte a reincidir. Recurso não provido. (TRT/SP - 01387003420085020441 - RO - Ac. 3ªT [20120281656](#) - Rel. MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS - DOE 20/03/2012)

EXECUÇÃO

Bens do sócio

Cabimento. Agravo de petição. Decisão interlocutória. Caráter final na solução do tema. Desconsideração da personalidade jurídica. Associação. Redirecionamento da execução aos sócios que se vincula ao cumprimento dos pressupostos previstos no artigo 50 do CCB. (TRT/SP - 02241007120085020067 - RO - Ac. 9ªT [20120302289](#) - Rel. BIANCA BASTOS - DOE 22/03/2012)

RESPONSABILIDADE DE EX-SÓCIO. AÇÃO AJUIZADA APÓS DOIS ANOS DA AVERBAÇÃO DA SUA RETIRADA. IMPOSSIBILIDADE. O sócio, mesmo que não tenha sido parte na relação processual da ação de conhecimento e que não conste do título executivo judicial, pode ter a sua responsabilidade reconhecida na ação de execução. Trata-se de uma responsabilidade extraordinária, superveniente e derivada. No entanto, o sócio retirante ou excluído só responde pelas obrigações da sociedade no prazo de até 2 (dois) anos após a averbação da sua retirada ou exclusão. Inteligência dos artigos 10 do Decreto nº 3.708/19, 28 da Lei nº 8.078/90 e 50 e 1024 do Código Civil c/c. artigos 1003 e 1032 do Código Civil Brasileiro. Agravo de Petição ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 02494009220025020019 - AP - Ac. 13ªT [20120244416](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 14/03/2012)

Penhora. Impenhorabilidade

VAGA DE GARAGEM. PENHORABILIDADE. A vaga de garagem não está protegida pela impenhorabilidade do bem de família, nem está caracterizada pela indivisibilidade. A proteção conferida pela Lei nº 8.009/90, destinada a resguardar a dignidade mínima para sobrevivência do devedor e seus familiares é restrita à moradia, não se estendendo ao local de estacionamento do veículo. No mesmo sentido a jurisprudência do E. STJ, representada pela Súmula nº 449, segundo a qual a vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora. (TRT/SP - 00195000420045020011 - AP - Ac. 14ªT [20120288499](#) - Rel. ELISA MARIA DE BARROS PENA - DOE 20/03/2012)

HONORÁRIOS

Advogado

Honorários advocatícios. Assistência sindical. Reclamante beneficiário da justiça gratuita. Cabimento. Sendo o reclamante beneficiário da justiça gratuita e estando assistido pelo sindicato de sua categoria profissional, encontram-se presentes os estritos requisitos elencados na Lei nº 5.584/1970, de forma que são devidos honorários advocatícios. Recurso Ordinário não provido. (TRT/SP - 01316001820095020433 - RO - Ac. 14ªT [20120330037](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 27/03/2012)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (ADICIONAL)

Servidor público

Adicional de periculosidade. Lei Complementar nº 315/83. O adicional de periculosidade consagrado no art. 2º da Lei Complementar estadual nº 315/83 se aplica aos servidores públicos estatutários e também aos celetistas, pois não há restrição no art.1º quando alude "aos funcionários públicos e servidores da

Administração Centralizada do Estado". A restrição contida no art.7º da L.C. nº. 315/83 se aplica, tão somente, aos servidores que já recebem o adicional de insalubridade ou periculosidade fundado na legislação trabalhista. Recurso da reclamada a que se nega provimento. (TRT/SP - 00024835520105020039 - RO - Ac. 8ªT [20120454305](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 27/04/2012)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Enquadramento oficial. Requisito

Atividade insalubre. Agentes biológicos. "Coleta de lixo urbano". A "coleta de lixo urbano", especificada na norma regulamentadora no 15, anexo 14, representa conceito jurídico indeterminado, cujo alcance deve ser fixado pela Justiça do Trabalho, sem olvidar da incidência do princípio in dubio pro operario e do entendimento jurisprudencial cristalizado pela OJ no 4, II, da SDI-1 do TST, aplicável ao labor em residências e escritórios, mas que não diz respeito à limpeza e coleta de lixo realizadas em banheiros onde é notória a grande circulação de pessoas indeterminadas, como, por exemplo, em shoppings centers, escolas e restaurantes, o que caracteriza as condições insalubres do labor por exposição a agentes biológicos. (TRT/SP - 00015503720105020442 - RO - Ac. 8ªT [20120452736](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 27/04/2012)

Telefonista. Insalubridade. O anexo 13 da Portaria n. 3.214/78 não classifica a atividade de telefonista como insalubre. A norma refere apenas à atividade de "Telegrafia e radiotelegrafia, manipulação em aparelhos tipo Morse e recepção de sinais em fone". Trata-se de atividade específica, técnica, que não diz com telefonia. A "recepção de sinais em fone" envolve aparelhos especiais de comunicação através de sinais. O telefone, ainda que utilizado o head phone, é meio de comunicação direta, que envolve a própria fala, e não sinais, em que, aí sim, se exige audição em nível extremo e, mais que isso, conhecimento específico para tradução dos sinais. Recurso da autora a que se nega provimento, nesse ponto. (TRT/SP - 00015990220105020047 - RO - Ac. 11ªT [20120444237](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 27/04/2012)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

O caso é de evidente fraude à legislação, na medida em que o reclamante desenvolvia atividades imprescindíveis à consecução do empreendimento empresarial, e no interesse comercial da reclamada, por meio de interposta empresa, hipótese que demanda a aplicação do artigo 9º da CLT. (TRT/SP - 00020582520105020040 - RO - Ac. 12ªT [20120285430](#) - Rel. BENEDITO VALENTINI - DOE 23/03/2012)

MULTA

Cabimento e limites

APLICAÇÃO DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL. A sanção em apreço tem natureza processual e foi cominada de ofício, razão pela qual a cobrança ou não dela concerne ao poder de direção do processo pertinente exclusivamente ao magistrado. Ademais, saliente-se que a omissão da recorrida nenhum prejuízo trouxe ao recorrente. Ao revés, foi ele beneficiado pela confissão daí decorrente. Por fim, o art. 644, do CPC é inaplicável à espécie, porquanto a multa em debate não se confunde com aquela pena atinente ao

descumprimento de uma obrigação principal, atrelada ao direito material controvertido. (TRT/SP - 01464009820065020031 - RO - Ac. 11ªT [20120267084](#) - Rel. CLAUDIA ZERATI - DOE 20/03/2012)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

Intervalo intrajornada. Redução. Norma coletiva. Como medida de higiene, saúde e segurança do trabalhador, não se pode admitir a redução do intervalo intrajornada através de norma coletiva, sob pena de ofensa à Constituição Federal, que só admite a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, através de norma coletiva, em relação à jornada e salários. Orientação Jurisprudencial 342 da SDI-1 do TST. Recurso da autora a que se dá provimento, nesse ponto. (TRT/SP - 00003808520105020262 - RO - Ac. 11ªT [20120265669](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 20/03/2012)

Efeitos

Acordo de compensação. Requisitos estabelecidos em norma coletiva. Descumprimento. Consequência. Não comprovando a reclamada o cumprimento dos requisitos concernentes ao regime compensatório, estabelecidos em convenção coletiva, quais sejam, a existência de manifestação volitiva por escrito, do empregado, bem como o fornecimento de "comprovantes individualizados onde conste o montante das horas extras laboradas no mês, o saldo, eventualmente existente para compensação e o prazo limite para tal" (sic), exsurge a ineficácia do regime compensatório observado na prática, máxime quando se constata a extrapolção do limite relativo à duração semanal do trabalho, afastando a aplicação da Súmula nº 85, item III, do C. TST (que preconiza o pagamento apenas do adicional em relação à jornada suplementar diária, desde que não ultrapassada a duração semanal máxima do trabalho). Consequentemente, devidas, como extras, as horas excedentes da oitava diária e quadragésima quarta semanal. Recurso patronal que não se provê. (TRT/SP - 01142003120085020043 (01142200804302007) - RO - Ac. 8ªT [20120268633](#) - Rel. CELSO RICARDO PEEL FURTADO DE OLIVEIRA - DOE 19/03/2012)

PETIÇÃO INICIAL

Inépcia

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. A magistrada prolatora rejeitou a preliminar de inépcia, aduzindo que a exordial preenchia os requisitos do artigo 840 § 1º da CLT, de forma a possibilitar a defesa das reclamadas, o que realmente se confirma da leitura da causa de pedir atinente ao aviso prévio especial, diferenças de verbas rescisórias por aplicação do reajuste da categoria e em razão da incidência das comissões e dsr s, reembolso de despesas e FGTS + 40%. De fato, da arguição de inépcia pelas rés já se observa que entenderam o pedido. Preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, arguida pelas rés, a qual não se evidencia, ante a apreciação adequada da preliminar de inépcia arguida em sede de defesa. (TRT/SP - 02629002820095020070 - RO - Ac. 11ªT [20120266754](#) - Rel. CLAUDIA ZERATI - DOE 20/03/2012)

PRAZO

Recurso. Interposição pelo correio

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIES A QUO DO PRAZO RECURSAL - JUNTADA DO RELATÓRIO DE ENTREGA DOS CORREIOS - Não se pode imputar a omissão DA Secretaria da Vara à agravante. Assim, à falta de comprovação, tenho por tempestivo o recurso. MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477, parágrafo 8º DA CLT- Incidem, apenas, quando não há controvérsia acerca do pagamento das verbas rescisórias. (TRT/SP - 00029563220105020042 - AIRO - Ac. 3ªT [20120278540](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 20/03/2012)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Incidência. Acordo

Contribuição previdenciária. Natureza das verbas pagas em acordo. Sentença transitada em julgado. Impossibilidade de modificação. Viola a coisa julgada a alteração, pelas partes, em petição de acordo, da proporcionalidade de verbas de naturezas salarial e indenizatória fixadas em sentença transitada em julgado. A hipótese enseja evasão indevida à tributação. (TRT/SP - 01873007220075020263 - AP - Ac. 9ªT [20120300359](#) - Rel. ELIANE APARECIDA DA SILVA PEDROSO - DOE 23/03/2012)

RECURSO

Pressupostos ou requisitos

RECURSO DESARRAZOADO. IMPUGNAÇÃO POR NEGATIVA GERAL. IMPROPRIEDADE PROCESSUAL. Mostra-se inviável a análise e julgamento de apelo que carece de impugnação específica. A norma processual vigente estabelece requisitos para a peça recursal, ex vi do art. 514, II do CPC., de aplicação supletiva. Sua não observância impõe o não conhecimento do recurso já que a impugnação por negativa geral é permitida somente ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público. Pedido recursal inepto, que não especifica a matéria impugnada e/ou não justifica o pedido de revisão. (TRT/SP - 01224008420095020045 - RO - Ac. 12ªT [20120285465](#) - Rel. BENEDITO VALENTINI - DOE 23/03/2012)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Motorista

Vínculo de emprego. Trabalho autônomo de transporte. O reconhecimento do vínculo de emprego demanda, necessariamente, que a relação jurídica existente apresente, concomitantemente, os requisitos da alteridade, onerosidade, subordinação, pessoalidade e não eventualidade, previstos nos artigos 2º e 3º da CLT. Assim, ausente qualquer um destes elementos, resta descaracterizada a relação empregatícia vindicada, notadamente quando demonstrada a ausência de subordinação jurídica na prestação dos serviços de transportes, que eram realizados em veículo do próprio reclamante. (TRT/SP - 01738009720095020317 - RO - Ac. 8ªT [20120452655](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 27/04/2012)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

Responsabilidade Subsidiária. Ente Público. Ressalvado entendimento em sentido contrário quanto à responsabilização da segunda ré pelos créditos da autora, esta Relatora curva-se à determinação do Supremo Tribunal Federal contida na Súmula Vinculante nº 10, uma vez que o mesmo Supremo Tribunal Federal tem decidido que a responsabilização subsidiária da Administração Pública com base na Súmula nº 331 do C. TST, especialmente do que consta do seu inciso IV, importa em violação direta de lei federal, por afastar a incidência do art. 71, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/1993 sem prévio controle difuso de constitucionalidade. Referida norma acabou por vedar ao ente público, tomador dos serviços, sem exceção, a transferência de qualquer responsabilidade pelos encargos trabalhistas decorrentes da inadimplência do prestador de serviços. Recurso da Fazenda Estadual ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 00781009820095020057 - RO - Ac. 13ªT [20120245650](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 14/03/2012)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LEI 8666 E ADC 16 - MANUTENÇÃO DA POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO SUBJETIVA POR OMISSÃO NA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO - CULPA IN VIGILANDO. O julgamento da ação direta de constitucionalidade número 16, pelo STF, não extinguiu a possibilidade de responsabilização da Administração Pública por atos de contratação de empregados por parte de seus prestadores de serviços. Aquela decisão assentou, apenas, que inexistente fundamento para tanto, a partir da ótica da culpa "in eligendo", eis que o processo licitatório determina quem será contratado, sem opção lícita ao agente político. Mesma lei 8666/93, em seu artigo 67, no entanto, prevê o dever de vigilância do contrato, o que inclui, num ambiente constitucional de proteção da dignidade humana e do valor social do trabalho como fundamentos do próprio Estado, a observância das regras trabalhistas. Tal responsabilidade deve atingir, para eficácia dos direitos sociais, todas as obrigações inadimplidas, inclusive as penas - multas de atraso nas rescisórias, por exemplos - daí advindas. (TRT/SP - 01208009720095020313 - RO - Ac. 9ªT [20120242073](#) - Rel. ELIANE APARECIDA DA SILVA PEDROSO - DOE 15/03/2012)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Nulidade

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - ARTIGO 285-A DO CPC - Afirma o recorrente a nulidade da r. sentença pela inaplicabilidade do artigo 285-A do CPC, uma vez que não estariam presentes seus pressupostos autorizadores. No caso concreto, consta da demanda dois pedidos, quais sejam, o referente à contribuição assistencial e o pertinente à contribuição sindical. Assim, em tese, poderia haver a aplicação do artigo 285-A do CPC em relação ao pedido da ação de cumprimento, consubstanciado na exigibilidade da contribuição assistencial, diante de alguns julgados já proferidos pela Justiça do Trabalho acerca do tema. Todavia, no que concerne à ação de cobrança relativa à contribuição sindical, notadamente, face ao pedido de declaração de enquadramento sindical, não se pode equiparar à situação acima narrada. O pedido referente à declaração de enquadramento sindical não comporta a aplicação do artigo 285-A do CPC, isso porque exige notificação da parte contrária, ampla produção de provas acerca da atividade econômica da Ré. Portanto, a nulidade da r. sentença que julgou o feito, sem a

necessária fase instrutória, é patente. Por tais fundamentos, acolhe-se a argüição de nulidade da r. sentença, devendo ocorrer a baixa dos autos à Vara de origem. Prejudicados os demais pedidos elaborados pela parte. (TRT/SP - 00009932920105020061 - RO - Ac. 12ªT [20120285058](#) - Rel. FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO - DOE 23/03/2012)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. COBRANÇA A NÃO ASSOCIADOS. CONTRARIA OS MAIS COMEZINHOS PRINCÍPIOS DO DIREITO MODERNO. A Súmula 666 do STF está em pleno vigor e comporta raciocínio idêntico àquele feito para as contribuições assistenciais, observando-se que o Precedente Normativo 119 é plenamente aplicável ao presente caso. Nesse sentido não há qualquer violação aos artigos e diplomas mencionados no recurso e outros correlatos não mencionados, a saber: artigo 5º, XXXV, 7º, IV e 102, III da Constituição Federal, nem à Lei 5.584/70 e aos artigos 462, 513 'e', 511, Par.2º, 611, 612, 617, Par. 2º, 766 e 462 da CLT, pois os dispositivos em referência aceitam interpretação da matéria e do conflito inseridos nos autos. O art. 513, "e" da CLT não se tem recepcionado pela C. Federal. As contribuições impostas a não-associados importam em bitributação e autorismo sindical, contrários aos mais comezinhos princípios do Direito. (TRT/SP - 00001499620105020314 (00149201031402005) - RO - Ac. 15ªT [20120295592](#) - Rel. CARLOS ROBERTO HUSEK - DOE 27/03/2012)

TESTEMUNHA

Impedida ou suspeita. Informante

TESTEMUNHA QUE AJUIZOU RECLAMAÇÃO TRABALHISTA CONTRA AS MESMAS RECLAMADAS. PARCIALIDADE NÃO EVIDENCIADA. O simples fato de a testemunha ter ajuizado ação trabalhista contra as mesmas reclamadas não é o bastante para se acolher a contradita, conforme já sedimentado na jurisprudência do C. TST (Súmula n. 357). Recurso da segunda reclamada ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00000603220105020069 - RO - Ac. 11ªT [20120266657](#) - Rel. CLAUDIA ZERATI - DOE 20/03/2012)

Valor probante

Prova testemunhal. Valoração. Prevalência, como regra, do convencimento do Juiz que colheu a prova. Ele, afinal, é que manteve o contato vivo, direto e pessoal com as partes e testemunhas, mediu as reações, a segurança, a sinceridade, a postura. Aspectos, aliás, que nem sempre se exprimem, que a comunicação escrita, dados os seus acanhados limites, não permite traduzir. O juízo que colhe o depoimento "sente" a testemunha. É por assim dizer um testemunho do depoimento. Convencimento, portanto, melhor aparelhado e que, por isso, deve ser preservado, salvo se houver elementos claros e contundentes a indicar que a prova diz outra coisa, o que não é o caso. Recurso do autor a que se dá provimento em parte. (TRT/SP - 00013902220115020201 - RO - Ac. 11ªT [20120444180](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 27/04/2012)

TRANSFERÊNCIA

Adicional

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. ARTIGO 469 DA CLT COMBINADO COM OS ARTIGOS 70 E SEQUINTE DO NOVO CÓDIGO CIVIL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 113 DA SUBSESSÃO EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO COLENDO TST. A lei impõe como pré requisito à percepção do adicional de transferência a mudança de domicílio e caráter provisório. Por domicílio civil entende-se o lugar onde a pessoa física (natural) estabelece residência com ânimo definitivo, convertendo-o em centro principal de seus negócios jurídicos, de sua vida pessoal, social e profissional; onde a pessoa fixa suas ocupações habituais. Conceito que se sedimenta no artigo 74 do CC.. Se os autos conduzem à conclusão de que o autor ficava hospedado em hotéis ou casas alugadas para a equipe, pela empregadora, em momento algum, o autor ocupou-se em transferir seu domicílio ou pretendeu fazê-lo. O assentamento de forma precária e transitória, apenas pelo tempo necessário à conclusão do serviço, sem o ânimo de permanecer naqueles locais, descarta, por absoluto, a tutela pretendida. Importa distinguir o caráter provisório (exigido pela lei e confirmado na OJ 113 da SDI 1 do C. TST) daquele meramente transitório, inerente às atividades profissionais exercidas. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 01845008520095020074 - RO - Ac. 12ªT [20120285546](#) - Rel. BENEDITO VALENTINI - DOE 23/03/2012)